

1DATA: 20 de outubro de 2005. LOCAL: Auditório do Conselho de Gestão do  
2Patrimônio Genético, SCEN Lote 02, Ed. Sede do IBAMA, Bloco G, Brasília, DF.  
3HORÁRIO: de 9:00 às 18:00h. PARTICIPANTES: Presidente da mesa: João Paulo  
4Ribeiro Capobianco e Paulo Yoshio Kageyama, , representantes titular e suplente do  
5Ministério do Meio Ambiente. Representantes: Ministério da Ciência e Tecnologia,  
6Paulo Carvalho (suplente), Ministério da Saúde, Angélica Rogério de Miranda  
7Pontes (titular); Ministério da Justiça, Bárbara Rosenberg (titular); Ministério da  
8Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Márcio Mazzaro e Roberto Lorena  
9(suplentes); Ministério da Defesa, Patrícia Siqueira de Medeiros (suplente);  
10Ministério da Cultura, Maristela Debenest (titular); Ministério das Relações  
11Exteriores, Adriana Sader Tescari (titular) e Daniel Pires (suplente); Ministério do  
12Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Elisa de Ananias Fraga (titular) e  
13José Carlos Cavalcanti de Araújo Filho (suplente); Instituto Brasileiro do Meio  
14Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Otávio Borges Maia  
15(suplente); Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, Renata Perpétuo Reis (suplente);  
16Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico –  
17CNPq, Helena Luna Ferreira (titular); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária,  
18Terezinha Aparecida Dias (suplente); Instituto Evandro Chagas, Manoel do Carmo  
19Pereira Soares (titular); Fundação Nacional do Índio, Hilda Fajardo (titular) e  
20Edmilson Medeiros de Souza (suplente); Instituto Nacional de Propriedade  
21Industrial, Maria Hercília Paim (titular); Fundação Cultural Palmares, Edi Freitas de  
22Paula (suplente). Convidados Permanentes: Coordenação das Organizações  
23Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Jorge Miles da Silva (titular); Conselho  
24Nacional dos Seringueiros, Carlos Leal; Conselho Empresarial Brasileiro para o  
25Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, Joaquim Machado (titular); Associação  
26Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, Fernando Mathias  
27Baptista (titular) e Henry Novion (suplente); Fórum Brasileiro de ONGs – FBOMs,  
28Nurit Bensusan (titular); Ministério Público Federal, Maria Luiza Grabner (suplente).  
29Membros da Secretaria-Executiva do Conselho: Eduardo Vélez Martin, Secretário-  
30Executivo, Cristina Azevedo, Guilherme Amorim, Diogo Brito, Fernanda Álvares Silva,  
31Mônica Negrão, Fernanda Altoé Daltro, Alessandro Garcia Gomes, Carla Lemos,  
32Sonja Mayra Righetti, Inácio de Loiola Rachid Cançado, Francine Cunha, Antônio  
33Pamplona, Thomaz Miazaki de Toledo, Gabriel Cantanhede, Viviane Souza, Camila  
34Oliveira. Outros participantes: Ministério do Meio Ambiente, Gustavo Trindade

1(CONJUR/MMA); Ministério da Defesa, George Nogueira Cardoso; Universidade de  
2Brasília, Beatriz Castro Neves; Minaré Braúna Advogados Associados, Mikaela  
3Minaré Braúna e Everson Disfentander; EMBRAPA, Adriana Clementino; CNPq,  
4Elisa Furtado Madi e Carlos Carvalho; PATRI, Marcelo Lacerda. CONVOCAÇÃO:  
5Memorando Circular nº 009/2005/CGEN/SBF/MMA, de 15 de setembro de 2005;  
6Ofício Circular nº 018/2005/CGEN/SBF/MMA, de 15 de setembro de 2005; Ofício  
7Circular nº 019/2005/CGEN/SBF/MMA, de 15 de setembro de 2005. PAUTA: I -  
8Abertura da Reunião; II - Instalação dos Trabalhos: (1) Leitura e Aprovação da  
9Pauta da 36ª Reunião Ordinária; (2) Aprovação da Ata da 35ª Reunião Ordinária; III  
10- Ordem do Dia - (3) Apresentação e deliberação sobre propostas de normatização  
11da MP 2.186-16/2001. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. (3.1) Ratificação da  
12minuta de decreto que regulamenta a autorização especial e estabelece o momento  
13do Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios  
14para os casos de bioprospecção; (3.2) Ratificação da minuta de Deliberação sobre  
15procedimentos administrativos relacionados à Autorização Especial para a  
16Bioprospecção; (3.3) Minuta de Resolução sobre remessa de patrimônio genético  
17para fins de bioprospecção; (3.4) Minuta de Resolução que altera as Resoluções 13,  
1814, 15 e 16. (4) Consulta do INPA sobre enquadramento de projetos que envolvem  
19acesso a conhecimento tradicional associado. Relator: Nadja Lepsch – INPA – e  
20Secretaria-Executiva do CGEN. (5) Consulta da Secretaria-Executiva ao CGEN.  
21(5.1) Consulta sobre acesso ao patrimônio genético de espécie exótica cultivada:  
22Cana-de-açúcar – *Saccharum officinalis* – Processo nº 0.2000.003138/2005-17.  
23Relator: Secretaria-Executiva do CGEN e MMA. (5.2) Consulta sobre repartição de  
24benefícios no caso de área coincidente entre provedor e requerente. Empresa  
25Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda – Processo nº 02000.003795/2005-  
2656. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. (6) Informe sobre processos em  
27tramitação. (6.1) Requerente: Empresa Natura Inovação e Tecnologia de Produtos  
28Ltda – Processo nº 02000.002918/2005-31. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN.  
29(7) Relato das Câmaras Temáticas. (7.1) Câmara Temática de Patrimônio Genético  
30Mantido em Condições Ex Situ – PAGEX. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN.  
31(7.2) Câmara Temática de Procedimentos Administrativos – CTPRO. Relator:  
32Secretaria-Executiva do CGEN. (8) Apresentação e discussão de proposta de  
33criação do Banco de Dados “Conhecimento Tradicional sobre Plantas Medicinais”.  
34Relator: Ângelo Giovani – Ministério da Saúde. (9) Apresentação e Deliberação

1sobre solicitações de autorização de acesso ao patrimônio genético e ao  
2conhecimento tradicional associado. (9.1) Requerente: Embrapa Arroz e Feijão para  
3o projeto: “Estudo da variabilidade genética da coleção brasileira de germoplasma  
4de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) com ênfase no aspecto ecogeográfico” – Processo  
5nº 02001.006381/2004-51. Relator: Angélica Pontes – Ministério da Saúde. (9.2)  
6Requerente: ISA - Instituto Socioambiental para o projeto: "Paisagens Baniwa do  
7Içana - Etnoecologia de unidades de paisagem como base para a gestão  
8socioambiental" – Processo nº 02000.002369/2005-03. Relator: Manoel do Carmo  
9Pereira Soares – Instituto Evandro Chagas. (9.3) Requerente: ISA - Instituto  
10Socioambiental para o projeto "Agrobiodiversidade na Terra Indígena do Alto Rio  
11Negro – Construindo uma estratégia de conservação *in situ* da agrobiodiversidade  
12nas Terras Indígenas do Alto Rio Negro: um enfoque sobre a área urbana e  
13periurbana de São Gabriel da Cachoeira” - processo nº 02000.002310/2005-20.  
14Relator: Clóvis Andrade Jr. – MCT. (9.4) Requerente: Centro Universitário do Pará –  
15CESUPA – para o projeto “Estudos fitoquímicos em plantas de ecossistema de  
16várzea: *Desmoncus orthacanthus*”- processo nº 02000.02560/2005-47. Relator:  
17Patrícia Siqueira de Medeiros – Ministério da Defesa. (10) Apresentação e  
18Deliberação sobre solicitações de credenciamento de instituições como fiéis  
19depositárias de amostras de componente do patrimônio genético. (10.1)  
20Requerente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM – para o Herbário HUAM  
21Coleção de Plantas Medicinais, Coleção de Sementes e Embriões de Palmeiras da  
22Amazônia, Coleção de Culturas do Departamento de Parasitologia e Coleção  
23Zoológica Prof. Paulo Bührheim (CZPB) – Processo nº 02000.000791/2004-35.  
24Relator: Otávio Borges Maia – IBAMA. (11) Informes sobre processos já autorizados  
25ou arquivados pelo CGEN. Requerente: EMBRAPA – “Etnobiologia, conservação de  
26recursos genéticos e bem-estar alimentar da comunidade Krahô” – Processo nº  
2702000.000532/2004-12. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. (11.2) Requerente:  
28Quest International do Brasil / ICI Especialidades Químicas Ltda. – Processo nº  
2902001.002410/2002-21. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. (11.3) Requerente:  
30UNIFESP – Krahô – Processo nº 02000.002755/2002-44. Relator: Secretaria-  
31Executiva do CGEN. IV – Assuntos de Ordem Geral. (12) Calendário das primeiras  
32reuniões de 2006. (13) Palavra aberta aos Conselheiros. (14) Encerramento.  
33**INFORMES, DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES:** O Sr. João Paulo Capobianco, na  
34condição de presidente do Conselho, deu início a reunião saudando os novos

1conselheiros do Ministério da Cultura, Maristela Debenest, da Fundação Cultural  
2Palmares, Edi Freitas, do Ministério das Relações Exteriores, Daniel Pires, e do  
3Jardim Botânico, Renata Reis. Saudou também a nova convidada permanente, Nurit  
4Bensusan, representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais –  
5FBOMs. O Sr. Presidente colocou a pauta da 36ª Reunião em discussão. O Sr.  
6Eduardo Vélez pediu a supressão do item 4, uma vez que não houve o envio da  
7documentação referente ao ponto pelo INPA dentro do prazo regimental, bem como  
8não foi possível o comparecimento dos conselheiros do Instituto à reunião. O  
9Secretário-Executivo requisitou também a alteração do título do item 11, passando a  
10constar como “Informes e deliberações sobre processos já autorizados pelo CGEN”.  
11A Conselheira Angélica Pontes solicitou inversão de pauta, passando os itens 8 e 9  
12para o final da pauta. Não houve objeção, sendo aprovada a pauta com estas  
13alterações. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em apreciação a ata da 35ª  
14Reunião, não tendo sido proposta nenhuma alteração, foi aprovada com os votos  
15favoráveis dos seguintes conselheiros: Roberto Lorena, Angélica Pontes, Otávio  
16Maia, Patrícia Medeiros, João Paulo Capobianco, Daniel Pires, Hilda Fajardo,  
17Manoel Soares, José Carlos Cavalcanti, Paulo Carvalho. Abstiveram-se as  
18conselheiras Terezinha Dias e Edi Freitas. Não houve votos em contrário. O Sr.  
19Presidente deu continuidade à pauta, introduzindo o **item três**. Após relato  
20introdutório do Sr. Eduardo Vélez, manifestou-se o Conselheiro Paulo Carvalho, que  
21pediu vistas à matéria do item 3.1. A minuta de decreto em questão, havia sido  
22aprovada no mérito durante a reunião anterior do Conselho, constando em pauta  
23apenas para sua ratificação quanto à forma, alterada pela CONJUR/MMA. Em vista  
24disso, lembrou o Sr. Presidente, o pedido de vistas do MCT deverá restringir-se a  
25questões de forma. Ao ser encaminhado para apreciação o item 3.2, o Conselheiro  
26Roberto Lorena questionou se a retirada do ponto anterior não prejudicaria a  
27discussão dos seguintes. A Conselheira Adriana Tescari lembrou que os itens 3.2,  
283.3 e 3.4 não seriam prejudicados pela não deliberação do item 3.1, mas que, uma  
29vez aprovados, só poderiam ser publicados após a eventual publicação do decreto.  
30Dessa forma, procedeu-se à deliberação dos itens com o condicionante da  
31publicação vinculada à decisão final do item 3.1. Sendo assim, foi aprovada a  
32minuta de deliberação sobre procedimentos administrativos relacionados à  
33Autorização Especial para Bioprospecção com os votos favoráveis dos conselheiros:  
34Angélica Pontes, Otávio Maia, Patrícia Medeiros, João Paulo Capobianco, Adriana

1Tescari, Hilda Fajardo, Edi Freitas e Manoel Soares. Abstiveram-se os conselheiros  
2Terezinha Dias, Roberto Lorena, Elisa Fraga, Maria Hercília Paim e Paulo Carvalho.  
3Não houve votos em contrário, finalizando em oito votos favoráveis e cinco  
4abstenções em um plenário com treze conselheiros. O item 3.3, minuta de  
5Resolução sobre remessa de patrimônio genético para fins de bioprospecção, foi  
6aprovado com os votos favoráveis dos conselheiros: Angélica Pontes, Otávio Maia,  
7Patrícia Medeiros, João Paulo Capobianco, Adriana Tescari, Renata Reis, Hilda  
8Fajardo, Edi Freitas e Manoel Soares. Abstiveram-se os conselheiros Terezinha  
9Dias, Roberto Lorena, Elisa Fraga, Maria Hercília Paim e Paulo Carvalho. Não  
10houve votos em contrário, totalizando nove votos favoráveis, cinco abstenções, com  
11catorze conselheiros votando. O item 3.4, referente a minuta de resolução que altera  
12as Resoluções 13, 14, 15 e 16, foi aprovado com os votos favoráveis dos  
13conselheiros: Terezinha Dias, Roberto Lorena, Angélica Pontes, Otávio Maia,  
14Patrícia Medeiros, Adriana Tescari, Renata Reis, Hilda Fajardo, Edi Freitas e Manoel  
15Soares. Abstiveram-se os conselheiros Elisa Fraga, Maria Hercília Paim e Paulo  
16Carvalho. Não houve votos em contrário. O Conselheiro Roberto Lorena ressaltou  
17que os itens aprovados não poderão ser publicados até que se esgotem as  
18discussões sobre o decreto. O **item cinco** trouxe consultas da Secretaria-Executiva  
19ao CGEN. A primeira referiu-se ao caso de bioprospecção em cana-de-açúcar,  
20espécie exótica cultivada no Brasil. Uma vez que a Medida Provisória inclui no seu  
21escopo as espécies encontradas em condição *in situ*, o que permite agregar  
22determinadas espécies exóticas, em particular as variedades que tenham adquirido  
23sua propriedades características no país. Por haver dúvida no caso em questão e  
24por ser necessário disciplinar o tema para outras espécies exóticas o tema foi  
25levado ao plenário. O Conselheiro Roberto Lorena pediu vistas à matéria, alegando  
26que o Ministério da Agricultura necessita de um tempo maior para estudar a  
27questão. O Sr. Eduardo Vélez sugeriu que o assunto também fosse encaminhado à  
28Câmara Temática de Procedimentos Administrativos, para a qual deveria ser  
29enviado diretamente o parecer do MAPA, a fim de subsidiar as discussões sobre o  
30tema, sugestão acatada pelo Sr. Roberto Lorena. A segunda consulta disse respeito  
31aos casos onde há coincidência entre o titular da área onde se encontra o  
32patrimônio genético e a instituição requerente da autorização de acesso.  
33Questionou-se como deveria a Secretaria-Executiva orientar os interessados nestes  
34casos. O Plenário decidiu pelo encaminhamento da questão à Câmara Temática de

1Repartição de Benefícios, a qual deverá comparecer representante da  
2CONJUR/MMA de modo a acompanhar as discussões e garantir a legalidade das  
3propostas apresentadas para solucionar o problema. Em seguida, foi apresentado o  
4informe do **item seis**, referente à Empresa Natura, em que a Secretaria-Executiva  
5notifica ao Conselho a retirada da necessidade de sigilo sobre o nome científico e  
6popular da espécie, e o princípio ativo que constam do processo envolvendo o uso  
7do jambú em produto cosmético, tendo em vista que o produto foi lançado no  
8mercado com ampla divulgação destas informações para as quais a empresa havia  
9solicitado sigilo. Ainda

10sobre este processo, a Secretaria Executiva informou que a empresa foi consultada  
11sobre a origem do jambú e a existência de uma associação dos feirantes do Ver o  
12Peso, de Belém, para estabelecer-se o provedor com quem se fará a repartição de  
13benefícios. O Sr. Presidente deu continuidade à pauta, passando a palavra ao Sr.  
14Inácio de Loyola, que apresentou o item sete, relato das Câmaras Temáticas. O  
15primeiro relato, referente à Câmara Temática de Patrimônio Genético em Condições  
16Ex Situ – PAGEX, abordou o tema do credenciamento das coleções didáticas e  
17informou que a sugestão da Câmara é de que não se credencie esse tipo de  
18coleção, tendo em vista que o objetivo destas não é compatível com o objetivo de  
19conservação de subamostra do patrimônio genético. O segundo ponto tratado na  
20PAGEX surgiu a partir da análise dos relatórios das fiéis depositárias, sobre o que  
21sugere ao Conselho que toda vez que houver pedido do parecerista por  
22informações adicionais não exigidas pela legislação, a Secretaria-Executiva  
23encaminhe as recomendações e sugestões feitas no parecer à instituição solicitante,  
24para que ela manifeste-se ou não, já que extrapolam os requisitos legais. Ainda com  
25relação a inclusão por parte dos pareceristas de recomendações que extrapolam as  
26exigências da legislação em seus relatórios de análise dos processos, sugere que a  
27Secretaria-Executiva mantenha o procedimento que já foi adotado de assinalar no  
28extrato do processo toda vez que o parecer se fundamente em aspecto sem amparo  
29na Medida Provisória. Quanto à necessidade de alterar os procedimentos relativos a  
30este ponto, tal como a Deliberação 68, a CONJUR manifestou-se contrária, posição  
31acatada pela Câmara. A PAGEX elaborou, então, um roteiro com cinco perguntas  
32para orientar a análise dos pareceristas. O Sr. João Paulo Capobianco sugeriu a  
33elaboração de uma deliberação onde conste o procedimento sugerido para restrição  
34das coleções didáticas nos processos de credenciamento de instituições fiéis

1 depositárias. Também foi definido que a PAGEX deve analisar os credenciamentos  
2 já concedidos para identificar eventuais casos de inclusão de coleções didáticas no  
3 âmbito do credenciamento para que o Conselho defina os procedimentos relativos a  
4 estes casos oportunamente. Em seguida, o Coordenador das Câmaras apresentou  
5 o relato da Câmara Temática de Procedimentos Administrativos - CTPro. Esta  
6 Câmara recebeu a incumbência de tratar da regulamentação dos convidados  
7 permanentes, no entanto, em função de questionamentos levantados na reunião  
8 acerca da legalidade da figura do convidado permanente, não prevista na Medida  
9 Provisória 2.186-16, não possibilitaram que a minuta de regramento apresentada  
10 pudesse ser apreciada. O encaminhamento da CTPro foi de que se encaminhasse a  
11 questão à CONJUR/MMA, para que esta identificasse uma alternativa legal viável e  
12 que após a análise fosse enviado parecer a Câmara para que esta pudesse avançar  
13 na discussão do tema antes do assunto ser levado a plenária do CGEN. Como não  
14 houve qualquer manifestação, o Sr. Presidente considerou acatado o  
15 encaminhamento, ao passo que alertou ao Plenário sobre o volume da demanda às  
16 Câmaras, pedindo ao Conselho um esforço de objetividade no trabalho das  
17 Câmaras Temáticas, de modo a poder avançar nas discussões. Conforme a  
18 inversão da pauta, passou-se à discussão do **item nove**, deliberação sobre  
19 solicitações de autorização de acesso ao patrimônio genético e a conhecimento  
20 tradicional associado. O item 9.2 trouxe o projeto “Paisagens Baniwa do Içana”, do  
21 Instituto Socioambiental. Após apresentar o relato, o Conselheiro Manoel Soares  
22 manifestou-se favorável a aprovação do projeto. A Conselheira Terezinha Dias  
23 questionou a participação de pesquisadores do INPA no projeto e sobre a existência  
24 de um convênio com o Instituto, ao que respondeu o Sr. Fernando Mathias que  
25 existe um convênio de cooperação entre o ISA e o INPA para pesquisas na região  
26 do alto Rio Negro e Xingu, bem como um termo de compromisso entre as duas  
27 instituições e a OIBI para realização de outros projetos relacionados aos Baniwa.  
28 Estes convênios são de conhecimento da Secretaria-Executiva, pois constam de  
29 outros processos do ISA, segundo informou a Coordenadora Técnica, Sra. Cristina  
30 Azevedo. Os Conselheiros Roberto Lorena e Terezinha Dias questionaram a  
31 capacidade da equipe do ISA realizar a pesquisa sem a participação de  
32 pesquisadores do INPA, como foi alegado pelo Instituto Socioambiental. Quanto à  
33 preocupação da Conselheira da EMBRAPA acerca das amostras coletadas serem  
34 depositadas em coleções didáticas, a Sra. Cristina Azevedo reiterou que o processo

1 não envolverá acesso a componente do patrimônio genético, não caracterizando  
2 obrigação formal do requerente depositar subamostras em coleções científicas.  
3 Sobre o envolvimento de pesquisadores do INPA no acesso ao conhecimento  
4 tradicional, a Sra. Cristina Azevedo esclareceu que apenas pesquisadores do ISA  
5 estarão envolvidos, podendo caber ao INPA, caso necessário, a identificação das  
6 espécies coletadas, sem necessidade de acesso ao conhecimento associado. A  
7 Coordenadora Técnica sugeriu que uma recomendação a esse respeito fosse  
8 incluída na deliberação – qual seja, que as amostras porventura encaminhadas ao  
9 INPA ou outro pesquisador não contenha qualquer informação sobre o  
10 conhecimento tradicional associado. A Conselheira Elisa Fraga sugeriu que os  
11 vídeos com as anuências prévias fossem disponibilizados no site do CGEN, ao que  
12 o Sr. Presidente informou que não seria possível, de vez que os vídeos são longos e  
13 o servidor do Ministério não comportaria hospedá-los. Os vídeos estarão a  
14 disposição dos Conselheiros na Secretaria-Executiva. O Conselheiro Roberto  
15 Lorena sugeriu ainda que constasse da deliberação a seguinte ressalva: caso um  
16 pesquisador do INPA ou de outra instituição for a campo junto com a equipe do ISA,  
17 a instituição deverá ser co-responsável pela pesquisa e sigilo quanto ao  
18 conhecimento acessado. O projeto foi submetido a votação com a recomendação de  
19 inclusão de duas ressalvas na autorização. A primeira, de que o ISA não fica  
20 autorizado a transmitir informações provenientes do conhecimento tradicional  
21 associado para outras instituições, acompanhadas ou não de amostras biológicas e  
22 a segunda, caso pesquisadores do INPA ou de outra instituição forem incorporados  
23 a equipe que fará o trabalho de campo quando ocorrer o acesso ao conhecimento  
24 tradicional associado, essas instituições deverão se co-responsabilizar pela  
25 pesquisa e serem incluídas no processo. O projeto foi aprovado com estas  
26 ressalvas, com os votos favoráveis dos Conselheiros: Maristela Debenest, Terezinha  
27 Dias, Roberto Lorena, Angélica Pontes, Patrícia Medeiros, João Paulo Capobianco,  
28 Adriana Tescari, Renata Reis, Hilda Fajardo, Edi Freitas, Manoel Soares, Elisa  
29 Fraga, Maria Hercília Paim, Paulo Carvalho e Helena Luna. Não houve votos em  
30 contrário ou abstenções. A pedido da Conselheira Patrícia Medeiros, o item 9.4,  
31 referente ao processo do CESUPA, foi apreciado em seguida, com o relato da  
32 mesma que se posicionou favoravelmente a aprovação do projeto. A Conselheira  
33 Elisa Fraga solicitou que fosse exibido o vídeo de anuência prévia elaborado pelo  
34 requerente, solicitação atendida pela Mesa. Após a exibição do vídeo, a Conselheira



1Elisa levantou uma série de questões acerca do projeto, culminando em um pedido  
2de vistas do processo. Depois do intervalo para o almoço, a reunião foi retomada a  
3partir do item 9.3, referente a projeto do ISA em terras indígenas do Alto Rio Negro.  
4O relator indicado, Clóvis Andrade, informou que não poderia estar presente à  
5reunião, devolvendo o processo, o qual foi então relatado pela Secretaria Executiva.  
6O Conselheiro do MCT, Sr. Paulo Carvalho, chamou a atenção para o nome da  
7pesquisadora Ludivine Eloy, estrangeira, constando como coordenadora da  
8pesquisa nas anuências prévias apresentadas. O Conselheiro questionou se a  
9situação da pesquisadora havia sido analisada pela Secretaria-Executiva. Segundo  
10a Coordenação Técnica, a situação da pesquisadora não foi alvo de questionamento  
11por parte da Secretaria-Executiva ou dos pareceristas, posto que consta do  
12processo informação de que ela é funcionária do ISA. Segundo o Conselheiro  
13Roberto Lorena, o currículo da pesquisadora na CAPES, atualizado em julho último,  
14informa que a mesma está vinculada também a um instituto de pesquisa estrangeira  
15– IRD – ao qual dedica 40 horas semanais. O Sr. Eduardo Vélez lembrou que a MP  
162.186-16 somente autoriza instituições nacionais, caso uma destas instituições  
17apresente na sua equipe pesquisadores de nacionalidade estrangeira a MP não  
18dispõe sobre estes casos. O Sr. Presidente observou o desconforto do Plenário  
19quanto as dúvidas suscitadas e a falta de informações precisas sobre esta questão  
20e sugeriu que fossem solicitados esclarecimentos à requerente relativos a relação  
21entre a pesquisadora e o projeto, e sobre a instituição a que ela e vinculada e o  
22projeto, e se ela representa a instituição ou a si mesma, e que o processo volte à  
23pauta na próxima reunião, encaminhamento acatado pelos Conselheiros. Em  
24seguida, foi apreciado o **item dez**, de credenciamento de instituições como fiéis  
25depositárias. No item 10.1, da requerente Universidade Federal do Amazonas, o  
26relator do processo, Conselheiro Otávio Maia, manifestou-se favorável a aprovação,  
27mas sugeriu que fosse feita recomendação à requerente para que busque as  
28devidas autorizações em caso de eventual acesso ao conhecimento tradicional. A  
29solicitação foi aprovada, levando em conta a recomendação, com os votos  
30favoráveis dos seguintes conselheiros: Maristela Debenest, Terezinha Dias, Roberto  
31Lorena, Bárbara Rosenberg, João Paulo Capobianco, Adriana Tescari, Renata Reis,  
32Manoel Soares, Elisa Fraga, Maria Hercília Paim e Paulo Carvalho. Não houve votos  
33em contrário ou abstenções. Dando seqüência à pauta, foi apresentado o **item**  
34**onze**, informes e deliberações sobre processos já autorizados ou arquivados pelo

1CGEN. O primeiro item trouxe informe sobre o projeto da Embrapa junto ao povo  
2Krahô e o relatório da empresa com as informações adicionais requeridas pela  
3Secretaria-Executiva para deliberação do Plenário quanto a sua suficiência. O tema  
4foi apresentado pelo Sr. Alessandro Gomes, com base em nota informativa que  
5identifica os aspectos pendentes de complementação ou de esclarecimentos. A  
6Conselheira Elisa Fraga manifestou-se preocupada com a divulgação de  
7determinadas informações na tabela encaminhada pela Secretaria-Executiva, ao  
8que o Sr. Eduardo Vélez esclareceu que os procedimentos de sigilo incorporam os  
9conhecimentos tradicionais associados que constam dos processos. O Sr. Eduardo  
10Vélez comentou que no entendimento da Secretaria-Executiva, as informações  
11encaminhadas pela Embrapa foram insuficientes e que, por conta da metodologia  
12apresentada, talvez tenham sido acessados outros conhecimentos tradicionais além  
13daqueles sobre uso alimentar finalidade para a qual foi requisitada a autorização de  
14acesso, o que demandaria uma recomendação do Conselho à instituição para que  
15mantenha o sigilo sobre estas informações já acessadas ou uma readequação dos  
16termos da autorização requisitada. O Sr. João Paulo Capobianco sugeriu como  
17encaminhamento do tema que se solicite à Embrapa as informações faltantes,  
18reconhecendo que o relatório não é satisfatório, e que no futuro se omita qualquer  
19conhecimento tradicional, associado ou não, de documentos que irão circular,  
20mesmo as informações de caráter genérico. O Sr. Secretário-Executivo lembrou que  
21parte das informações requisitadas para a EMBRAPA diz respeito aos  
22conhecimentos tradicionais associados que foram acessados, em sua íntegra.  
23Votaram favoravelmente a este encaminhamento, os conselheiros: Maristela  
24Debenest, Roberto Lorena, Angélica Pontes, Bárbara Rosenberg, João Paulo  
25Capobianco, Adriana Tescari, Renata Reis, Hilda Fajardo, Edi Freitas, Manoel  
26Soares, Elisa Fraga, Maria Hercília Paim e Paulo Carvalho. Não houve votos em  
27contrário ou abstenções. O item 11.2 trouxe informe acerca do pedido de  
28prorrogação do prazo da autorização de bioprospecção da Quest International do  
29Brasil até o final de 2005. Além disso, a empresa informa ter sido incorporada pela  
30ICI Especialidades Químicas Ltda., para que a autorização seja atualizada em nome  
31desta. A Quest encaminhou à Secretaria-Executiva declaração de responsabilidade  
32de que permanecem inalteradas as condições que atendem aos requisitos da  
33Medida Provisória. A Conselheira Bárbara Rosenberg informou que o fato de a  
34empresa ter sido incorporada, significa que a empresa incorporadora tem de

1 assumir todos os direitos e obrigações da incorporada. Com isto, o Sr. Presidente  
2 propôs a aprovação da prorrogação, dada em nome da ICI com a ressalva de que a  
3 empresa deve atender a todos os requisitos legais instituídos pela Medida Provisória  
4 42.186-16. Votaram favoravelmente os conselheiros: Maristela Debenest, Terezinha  
5 Dias, Angélica Pontes, Bárbara Rosenberg, João Paulo Capobianco, Adriana  
6 Tescari, Renata Reis, Hilda Fajardo, Edi Freitas, Manoel Soares, Maria Hercília  
7 Paim e Paulo Carvalho. Absteve-se a Conselheira Elisa Fraga. Não houve votos em  
8 contrário. Dando prosseguimento à pauta, foi apresentado o item 11.3, referente ao  
9 projeto UNIFESP-Krahô. O Sr. Secretário-Executivo informou que, segundo  
10 recomendação do Conselho, encaminhou ofício à UNIFESP informando do  
11 arquivamento do processo e estabelecendo procedimentos que a entidade deverá  
12 adotar em relação aos conhecimentos tradicionais acessados. A Conselheira Hilda  
13 Fajardo questionou se houve algum comunicado ao Povo Krahô e se houve  
14 depósito do material coletado em algum lugar. A Sra. Cristina Azevedo esclareceu  
15 que foi pedido à UNIFESP informasse aos Krahô, e que o material coletado foi  
16 depositado, em forma de exsiccatas, no Instituto de Botânica do Estado de São  
17 Paulo, as quais deverão ser guardadas separadamente do herbário, com sigilo  
18 sobre as informações contidas nas mesmas. Conforme a inversão de pauta, foi  
19 encaminhado o item 9.1, referente à solicitação de autorização de acesso a CTA  
20 pela Embrapa Arroz e Feijão. O relato foi realizado pela Conselheira Angélica  
21 Pontes, que recomendou a aprovação do processo. A representante do FBOMS,  
22 Sra. Nurit Bensusan, questionou a realização do projeto em laboratório da  
23 Universidade de Davis, sendo o chefe de pesquisa o chefe deste laboratório, e com  
24 previsão de que as amostras fiquem lá. Apontou também que não há convênio legal  
25 entre a Embrapa e a Universidade de Davis. A técnica responsável, Sra. Fernanda  
26 Silva, informou que a previsão é de que toda a amostra seja consumida na  
27 pesquisa, ou que sejam enviadas as sobras de volta à Embrapa. O Sr. Fernando  
28 Mathias questionou qual a responsabilidade da Universidade de Davis em relação  
29 às informações advindas do estudo do material e sobre a atuação de uma instituição  
30 estrangeira no projeto. O Sr. Joaquim Machado, representante do CEBDS, alertou  
31 para o fato de o pesquisador norte-americano que orientará o estudo, Sr. Paul  
32 Gepts, ser o maior especialista em manipulação de genes de feijoeiros, o que  
33 demandaria certa preocupação com o conhecimento ao qual ele terá acesso. A  
34 Conselheira Maria Hercília sugeriu que a Embrapa apresente ao CGEN quais as

1 condições que serão dadas a informação gerada a partir da pesquisa. O  
2 Conselheiro Roberto Lorena reforçou que a questão do material enviado está  
3 resolvida (consumo completo ou repatriação das sobras), e argumentou que o tipo  
4 de informação gerada pela pesquisa – qual seja, as análises de cunho genético –  
5 não permite uma utilização comercial posterior. O Sr. Joaquim Machado discordou  
6 do Conselheiro, mantendo a preocupação com a informação em poder do  
7 pesquisador norte-americano e do possível uso comercial da mesma. O Sr.  
8 Fernando Mathias reforçou que a exigência de um convênio entre o ISA e o INPA no  
9 processo apreciado anteriormente gerava a exigência do mesmo procedimento no  
10 processo em tela e entendeu haver falta de isonomia no tratamento deste caso. O  
11 Sr. Paulo Kageyama demonstrou preocupação em relação ao processo e à  
12 participação do pesquisador norte-americano, um dos maiores especialistas em  
13 feijão da atualidade, alegando também que a análise proposta é simples e poderia  
14 ser realizado em qualquer laboratório no Brasil e, em função disto, pediu vistas ao  
15 processo. Passou-se, então, ao **item oito**, referente a proposta de banco de dados  
16 do Ministério da Saúde, apresentado pelo Sr. Ângelo Giovani na reunião anterior. A  
17 Conselheira Angélica Pontes, titular do Ministério da Saúde, sugeriu que a questão  
18 seja encaminhada para a Câmara Temática de CTA, proposta acatada por todos os  
19 presentes. Encerrada a Ordem do Dia, passou-se aos assuntos de ordem geral. O  
20 Sr. Secretário-Executivo sugeriu as datas das primeiras reuniões do CGEN no ano  
21 de 2006, informando que não será viável realizar as reuniões em janeiro e março,  
22 em função das reuniões internacionais das quais participarão boa parte dos  
23 representantes do MMA e outros Ministérios com assento no Conselho. Para tanto,  
24 sugeriu que a reunião de fevereiro fosse realizada nos dias 22 e 23, o que foi  
25 acatado. A palavra foi então aberta aos Conselheiros. O Sr. João Paulo Capobianco  
26 pediu a inclusão de ponto na pauta da próxima reunião do CGEN sobre o Regime  
27 Internacional sobre Acesso e Repartição de Benefícios, sugestão acatada por todos.  
28 A Conselheira Terezinha Dias despediu-se do Conselho, informando que deixará de  
29 ser suplente pela Embrapa e agradecendo a todos a oportunidade de ter participado  
30 do CGEN por dois anos. O Sr. Manoel Soares sugeriu que os relatórios de  
31 acompanhamento dos processos fossem disponibilizados na íntegra aos  
32 conselheiros relatores dos mesmos em reuniões do Conselho para que estes  
33 possam contribuir no acompanhamento das atividades autorizadas. O último  
34 assunto tratado foi referente a moção apresentada pelo Sr. Márcio Mazzaro feita

1pelos representantes do MAPA, Embrapa e MCT, que sentiram-se atingidos por  
2notícia veiculada após a reunião da Câmara Temática de Procedimentos  
3Administrativos de 05 de outubro. Segue o texto da moção: " Sr. Presidente,  
4senhores Conselheiros e senhores convidados, recebemos com perplexidade a  
5notícia de que alguns participantes do seminário, *As encruzilhadas da Modernidade*  
6*das Lutas dos Povos Indígenas ao Destino da Convenção da Biodiversidade*  
7*Biológica*, que foi promovido em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de outubro próximo  
8passado, subscreveram moção em que manifestaram "protesto e indignação com  
9relação à atuação dos representantes do Ministério da Agricultura da Ciência e  
10Tecnologia e da EMBRAPA" na 30ª. reunião da Câmara Temática de Procedimentos  
11Administrativos realizada dia cinco de outubro próximo passado neste Conselho. De  
12acordo com a moção mencionada, esses representantes teriam tentado nessa  
13reunião "eliminar a participação da sociedade civil e de representantes indígenas  
14quilombolas e de comunidades locais no Conselho de Gestão do Patrimônio  
15Genético". Consideramos preocupante o precedente por tratar se de acusação  
16absolutamente inverídica como podem atestar os participantes da reunião presentes  
17no dia cinco de outubro ou ainda a própria ata que o Inácio resumiu nesta  
18assentada. E como se recorda, a 30ª. reunião da Câmara Temática de  
19Procedimentos, teve por objetivo discutir demanda oriunda da última reunião  
20plenária, quando se apressou o pleito de instituições não governamentais  
21interessadas em se tornar convidadas permanentes com assento e voz no plenário,  
22porém sem direito a voto. Naquela oportunidade decidiu o plenário deste Conselho  
23por encaminhar a discussão à Câmara Temática afim de que se definissem  
24procedimentos específicos para regular a participação dessas instituições. Muito  
25embora as reuniões tanto do Conselho quanto de suas câmaras sejam públicas,  
26compareceram à reunião de cinco de outubro tão somente representantes de  
27órgãos de governo, estando presentes o Ministério das Relações Exteriores e o  
28Desenvolvimento da Indústria e Comércio, da Defesa, da Ciência e Tecnologia, da  
29Agricultura, além da EMBRAPA e IBAMA e CNPq, além de funcionários da  
30Secretaria-Executiva do Conselho. Surpreendentemente Sr. Presidente, não se  
31registrou a presença de qualquer dos representantes das entidades diretamente  
32interessadas no assunto, e inclusive entre as que subscreveram pleitos de  
33participação, justamente quando se iria discutir assunto de tão grande importância  
34para este setor. Não devemos esquecer senhores Conselheiros, que este Conselho

1de gestão tem sua composição definida na Medida Provisória 2186 de 2001 em seu  
2artigo dez, através da representação de órgãos e de entidades de administração  
3pública federal que detém competências sobre diversas ações de que trata aquela  
4legislação. Sendo que sua composição e funcionamento estão dispostos no decreto  
53945 de 2001, alterado que foi pelos decretos 4946 de 2003 e 5439 de 2005. E, por  
6essa razão na reunião de Câmara Temática se discutiu a questão da legalidade da  
7proposta de regulamentação uma vez que se vislumbrou a inexistência de amparo  
8legal a participação permanente de outras entidades ou convidados que não  
9representantes de governo neste Conselho. Ante a dúvida com relação à legalidade  
10da proposta compartilhada pelos presentes a unanimidade decidiu-se pelo  
11encaminhamento do assunto a consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente,  
12para que aquele órgão formulasse parecer indicando uma alternativa legalmente  
13viável. A Câmara ainda recomendou celeridade na análise do tema por parte da  
14CONJUR com vistas a submeter o seu resultado e a nova proposta de  
15regulamentação se fosse possível, a deliberação deste Conselho tão logo fosse  
16possível, inclusive com recomendação até que se trouxesse para esta reunião. É de  
17se ressaltar, por oportuno, que em nenhum momento da reunião da Câmara  
18Temática qualquer dos presentes defendeu ou sequer mencionou hipótese de tolher  
19a participação dessas entidades. Restou consensuada relevante contribuição das  
20instituições convidadas aos intrincados, mas inegavelmente democráticos debates  
21travados no âmbito deste Conselho. Desta forma, Sr. Presidente, entendemos que a  
22resposta a essa moção que eu mencionei deve ser imediata e dura com a  
23comunicação pública dos fatos verdadeiros, além da moção de medidas de  
24reprimenda em favor de quem divulgou versão completamente falaciosa e  
25distorcida, apurando inclusive a responsabilidade administrativa do agente e  
26defendendo até mesmo, medida de desagravo da ofensa como forma de não  
27permitir mais a desmoralização de trabalhos deste Conselho". Em se tratando de  
28discussão com conteúdo por demais polêmico, as manifestações sobre o tema  
29estão apresentadas a seguir sem edição, representando, portanto, o conteúdo  
30integral das manifestações dos presentes sobre o tema. **Fernando Mathias –**  
31**ABONG:** "Gostaria de fazer alguns comentários então sobre a moção que foi lida  
32pelo Conselheiro Márcio Mazzaro, e dizer que já que a moção partiu de um evento  
33que foi patrocinado pelo ISA junto com EMBRAPI e uma outra instituição estrangeira  
34para debater justamente as tendências do debate sobre acesso no Brasil para o

1qual foram convidados todos os Conselheiros que estão aqui presentes,  
2primeiramente dizer, que nós não estávamos presentes na reunião da Câmara  
3Temática de Procedimentos Administrativos, exatamente porque estava  
4acontecendo o seminário para o qual foram convidados todos os Conselheiros e que  
5infelizmente não pode contar com a presença de ministérios importantes nessa  
6discussão. A moção ela foi aprovada por 35 instituições, foi assinada por 35  
7instituições brasileiras e estrangeiras que ficaram a par durante o seminário do  
8histórico de reiteradas tentativas de suprimir a participação da sociedade civil ao  
9longo do processo de regulamentação da política de acesso a Repartição de  
10Benefícios no Brasil. Desde a edição da Medida Provisória até a reunião da Câmara  
11de Procedimentos Administrativos no dia cinco. Ao nosso ver a discussão da  
12legalidade é apenas um sofisma jurídico para acobertar a real intenção de alguns  
13Conselheiros de eliminar sim a participação da sociedade civil, isso já foi revelado  
14em outras oportunidades em outros momentos nas discussões da Câmara de  
15Procedimentos Administrativos, especialmente na discussão sobre quorum e  
16discussão sobre necessidade de registro prévio das instituições convidadas para  
17participar das reuniões de Câmaras Temáticas, e, portanto, nós entendemos que a  
18questão que foi colocada sob uma roupagem de uma possível questão de legalidade  
19que na realidade é uma questão fictícia porque a própria Constituição Federal nos  
20artigos 225 e não é uma Medida Provisória que está dizendo isso, é a Constituição  
21Federal no seu artigo 225 diz que a coletividade sociedade civil tem o dever e não o  
22direito de zelar pelo meio ambiente, incluindo aí o patrimônio genético, nós achamos  
23no mínimo sintomático também que justamente no dia em que todos ou grande  
24parte dos convidados permanentes que participam das reuniões estivessem fora  
25para que surgisse então mais uma tentativa de desqualificar a presença dos  
26convidados permanentes imputando como uma presença ilegal, o que nós  
27refutamos até por uma interpretação, nem uma interpretação, mas uma questão  
28objetiva constitucional. E, para finalizar, a moção que foi aprovada no seminário na  
29realidade ela pleiteia a participação da sociedade civil de detentores de  
30conhecimentos tradicionais com direito a voto no CGEN e a participação da  
31sociedade civil dos detentores de conhecimento tradicionais nas construções das  
32posições que o Brasil leva aos fóruns internacionais. Essa é uma reivindicação já  
33antiga da sociedade civil que já vem desde antes da edição da Medida Provisória  
34que vem sendo sistematicamente ignorada pelo governo, de forma que nós não

1aceitamos que tentativas de eliminar a participação da sociedade sejam  
2simplesmente trazidas estão ao Conselho como questões de análise de ilegalidade  
3de um fato, sobre o qual foi construída a própria política de meio ambiente do Brasil  
4que é o artigo 225 que dá a coletividade o dever de participar e de zelar pelo meio  
5ambiente incluindo é aí o patrimônio genético.” **João Paulo Capobianco –**  
6**Secretário de Biodiversidade e Florestas:** “Antes de passar a palavra para a  
7Elisa, eu queria apenas esclarecer que tendo conhecimento da moção, o  
8encaminhamento que nós fizemos foi publicar a ata e divulgar a ata diretamente  
9onde fica explícito na ata como pode ser visto por todos qual foi realmente o  
10posicionamento dos presentes independente de interpretações que possam ser  
11feitas sobre se a intenção dos presentes é ou não excluir a participação, a ata é  
12precisa no sentido os deixar claro que houve um questionamento sobre a legalidade  
13de fato, como foi colocado, mas não consta na ata nenhuma afirmativa de que os  
14convidados permanentes deveriam ser excluídos. Isso tem que ficar bem claro à luz  
15da verdade a ata é clara sobre isso e acho após que não podemos transformar isso  
16num debate infrutífero. A moção que você propõe, eu não entendo exatamente a  
17moção a quem, evidentemente a Secretaria-Executiva, a presidência do CGEN e o  
18Ministério do Meio Ambiente não vão tomar nenhuma medida judicial no sentido de  
19penalizar quem quer que seja pelo uso da sua liberdade de expressão e na  
20realidade amanhã se qualquer instituição quiser fazer qualquer afirmação sobre  
21questões que considerem interpretativas como a reunião como a de hoje ela terá  
22essa prerrogativa e caberá a quem se julgar atingido indevidamente esclarecer  
23como foi feito, publicação da ata e divulgação da ata e agora com essa moção onde  
24fica claro para aqueles que se consideram ofendidos pela iniciativa adotada por um  
25terceiro, que não foi feita pelo CGEN essa moção ou essa afirmativa, eu acho que  
26fica clara a intenção e fica que explícito o posicionamento dos três, tanto da  
27agricultura como da EMBRAPA e mais quem? MCT. Então, eu faço um apelo aqui  
28para que a gente não leve esse tema além do que ele já infelizmente chegou, eu  
29acho que tirando a reivindicação e conhecendo a moção publicada e divulgada no  
30seminário e inclusive eu estava dando uma palestra no seminário e leram a moção e  
31eu tive a oportunidade de conhecer, tirando a parte que diz respeito à reivindicação  
32de pela ação com direito a voto no CGEN, que eu considero absolutamente legítima,  
33nós somos defensores dessa posição, defendemos isso na nova lei e, aliás, o  
34CGEN que está aqui aprovou esse encaminhamento inclusive, e então tirando essa



1 parte que eu achei altamente relevante, tirando a parte de que com a qual o  
2 Ministério do Meio Ambiente plenamente concorda que é o direito e o dever de que  
3 esse assunto e essas instituições participem efetivamente desses assuntos, a  
4 questão de acusações e ilações, eu considero impróprio citá-lo também, e eu acho  
5 que nós não devemos dar mais estava na minha opinião a esse ocorrido à medida  
6 em que está claro pela ata e pelo posicionamento do Mazzaro aqui que a intenção  
7 que é a intenção objetiva do que foi debatido na Câmara Temática. Elisa.” **Elisa**  
8 **Fraga – MDIC:** “Eu participei dessa reunião no dia cinco de outubro e não posso  
9 deixar de me manifestar, na verdade todos os presentes, não de concordar que o  
10 tom da reunião não foi de forma alguma tentar eliminar a participação das  
11 instituições do Conselho, muito pelo contrário, o que se discutiu na reunião quase  
12 que todo o tempo foram hipóteses de viabilização dessa participação, e então foi  
13 justamente o contrário que se tentou fazer durante a reunião foi encontrar  
14 alternativas legalmente enviadas claro no limite do nosso conhecimento jurídico e  
15 até por isso ao final da reunião se decidiu que o tema seria melhor examinado pela  
16 CONJUR, e então eu faço as minhas as palavras do Conselheiro Márcio Mazzaro,  
17 de fato que é uma moção divulgada logo no dia seguinte de manhã isso é curioso,  
18 porque a reunião foi à tarde e deve ter terminado por volta das cinco da tarde por aí,  
19 no dia seguinte de manhã já tinha alguém que não participou da reunião com um  
20 papel na mão no seminário que foi informado no seminário já divulgando  
21 informações distorcidas, completamente não verdadeiras sobre o que tinha  
22 acontecido na reunião. Então o nosso Ministério ficou chocado até eu devo dizer e  
23 apesar de não ter sido citada diretamente na moção, o meu Ministério não foi citado,  
24 eu me senti profundamente ofendida como Conselheira, e por essa razão faço  
25 minhas palavras do Mazzaro, e peço inclusive que ele repita o último parágrafo que  
26 eu achei interessante e quero ouvir quais são as sugestões de encaminhamento.”  
27 **João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas:** “Antes  
28 disso o Paulo, por favor.” **Paulo Carvalho – MCT:** “Bem, naquele dia em que houve  
29 essa discussão todos os Conselheiros presentes, inclusive o MCT, procurou buscar  
30 um sentido de legalidade da participação, o MCT inclusive colocou taxativamente  
31 que gostaríamos de obter sim a participação e defenderia inclusive da forma que  
32 vem participando como convidados, não só neste Conselho, mas nas Câmaras  
33 Temáticas, sempre os convidados tiveram direito a voz e participação. O que nós  
34 questionamos, e inclusive fui eu que levantei o problema, porque nós como

1profissionais de direito eu acho que nós temos que zelar pelo direito objetivo, e na  
2própria Medida Provisória a lei estabelece quem são os participantes. E então  
3levantamos o problema e como é que nós vamos ter amanhã um questionamento  
4em relação a uma decisão desse Conselho, criando nova figura de participação no  
5Conselho se a lei não permite? Então defendemos naquela época que fosse  
6enviado inclusive para a CONJUR para a CONJUR dar uma solução legal e caso  
7não existisse, que nós iríamos advogar a favor da participação das entidades civis  
8no projeto que está sendo discutido na Casa Civil, Agora, é profundamente  
9constrangedor para nós como Conselheiros participando e defendendo essas  
10posições, é amanhã me desculpe a palavra, ser achincalhado pelos jornais. Eu acho  
11que é uma falta de respeito muito grande com o Conselho e acho uma  
12irresponsabilidade tratar a coisa dessa forma, porque nós estamos como todos nós  
13aqui preocupados com a condução desses trabalhos, e de repente no outro dia você  
14recebe um tipo de coisa dessa pelos jornais. Não é a primeira vez, e o que nós nos  
15sentimos também assim bastante chateados com a coisa como foi colocado na  
16moção, que não tinha naquele momento nenhuma participação e nenhuma  
17presença de nenhum representante da sociedade civil. E, então de repente saiu  
18uma informação distorcida daquela reunião e colocada naquele seminário, e então  
19isso é grave, se saiu realmente do âmbito da Comissão Temática essa informação  
20distorcida, foi feita por “servidores do estado” e isso é passível de punição, e então o  
21nosso sentido aqui é de que seja reparado esse tipo de coisa, e a nossa moção é  
22também solicitando que esse Conselho faça divulgação correta do que aconteceu  
23naquela reunião da Câmara de Procedimentos, até para que não fique uma versão  
24jogada para a sociedade, que nós enquanto Conselheiros estamos contra à  
25participação da sociedade civil, e estamos aqui no sentido totalitário que não é a  
26realidade. Então eu faço assim e reafirmo a posição da moção, gostaria que o  
27Conselho tomasse uma decisão no sentido de fazer até um desagravo e se for o  
28caso, que se apure realmente que tipo de informação foi passada e por quem foi  
29passada, porque realmente é muito chato e muito constrangedor, parece que nós  
30estamos aqui tomando decisão sob pressão da sociedade, quando na realidade não  
31é evidencio queremos a participação dela e que ela tenha co-responsabilidade nas  
32decisões aqui tomadas. Obrigado.” **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Sr. Presidente, a  
33questão é a seguinte, no último parágrafo que a Elisa pede que eu releia, inclusive é  
34o encaminhamento que a gente sugere que seja dado ao assunto, eu vou reler o

1 último parágrafo para que fique claro. Dessa forma entendemos que a resposta a  
2 esta moção deve ser imediata e dura com a comunicação pública dos fatos  
3 verdadeiros e esse primeiro ponto creio que eu me sinto satisfeito até com o seu  
4 depoimento de que está constando em ata e de que a ata da reunião já espelha a  
5 verdade dos fatos e, portanto, o que está sendo relatado nessa moção é a pura  
6 verdade em contrário do que foi colocado na moção que a gente ataca aqui. Além  
7 da adoção de medidas de reprimenda em desfavor de quem divulgou versão  
8 completamente falaciosa e distorcida. Tomo então as palavras do Paulo como  
9 palavras contundentes para que se apure a responsabilidade, porque na reunião no  
10 dia cinco, só tinha servidores públicos nessa sala. Portanto se houve uma  
11 divulgação inverídica de um fato essa divulgação teve uma intenção maldosa e  
12 maliciosa de causar o constrangimento que causou e esse fato não se resumiu  
13 apenas a essa notícia, eu estou sendo solicitado pelo meu Ministro explicações a  
14 respeito desse fato, como se eu tivesse defendendo uma política que não é do  
15 Ministério. E, então eu tive que prestar informações ao meu órgão e meu superior  
16 sobre o que de fato aconteceu e então o desdobramento disso é muito sério e muito  
17 grave e eu creio que tem que ser apurada internamente a responsabilidade de todos  
18 que estavam presentes na reunião do a quem doer.” **João Paulo Capobianco –**  
19 **Secretário de Biodiversidade e Florestas:** “Representante da Coiab.” **Jorge**  
20 **Terena – COIAB:** “Obrigado Sr. Presidente. Eu queria me reportar à ata da 35ª.  
21 reunião. Eu acho que o que foi feita a denúncia, a carta denúncia que foi feito o  
22 documento que inclui essa reclamação, vamos dizer, ou descontentamento dos  
23 povos indígenas eu acho que tem precedência, de acordo com a ata aqui, uma das  
24 organizadoras da reunião, juntamente com o Instituto Sócio Ambiental foi a  
25 EMBRAPI e na última reunião aqui do CGEN, a Lúcia Fernanda Kaingang estava  
26 presente sim. E a segunda coisa que eu queria apontar, é que na ata diz o seguinte,  
27 após essa discussão aqui de se incluir ou não os convidados permanentes para  
28 terem voz de voto, está escrito aqui na ata foi o seguinte, “quanto à proposta de já  
29 atender às instituições que pleitearam a participação nas vagas disponíveis ou na  
30 suplência de representações existentes, votaram favoravelmente cinco  
31 Conselheiros. Eu acho que aí começou a revolta não somente dos povos indígenas,  
32 mas da sociedade civil como um todo, e eu acho que isso tudo tem precedência do  
33 que eles colocaram as instituições que eles colocaram ali quais são? E votaram  
34 contra os Conselheiros Leontino Taveira, Terezinha Dias, Ângelo Giovane, Clóvis

1Andrade, Nádja Lepsch e Elisa Fraga absteve-se o Conselheiro Otávio Maia, com  
2apenas cinco votos, com apenas cinco votos favoráveis a proposta foi rejeitada.  
3Agora, eu não preciso dizer quem são essas pessoas, representam que  
4instituições? Eu acho que tem fundamento sim, dessa carta denúncia, vamos dizer,  
5e a insatisfação do próprio pessoal que isso ocorra, agora se vocês querem uma  
6explicação, os povos indígenas também querem uma explicação então, por quê?  
7Simplesmente dizer que não é legal, o decreto não coloca essa participação da  
8sociedade civil como uma coisa legal, e porque não trabalhar favoravelmente para  
9que e essas pessoas, a sociedade civil como um todo possa participar e tenham voz  
10e voto dentro do CGEN. Era isso.” **João Paulo Capobianco – Secretário de**  
11**Biodiversidade e Florestas:** “Só fazer uma observação, eu acho que independente  
12das interpretações da leitura que setores façam sobre posicionamentos de outros,  
13como é agora o nosso representante da COIAB importantíssimo de estar fazendo, o  
14que está claramente colocado na ata da Câmara Temática é a questão do amparo  
15legal para isto. Nós não tivemos em nenhuma reunião que eu tenha presidido, pode  
16ser que em alguma reunião que não tenha presidido tenha ocorrido, nós não  
17tivemos nunca nenhuma proposta de exclusão dos convidados permanentes aqui  
18discutida, isso nunca houve. Esse assunto surgiu, porque foram feitas novas  
19reivindicações. Muito bem. Nós temos que entender que a proposta de convidados  
20permanentes foi feita na primeira reunião do CGEN da atual gestão, diretamente  
21pela Ministra Marina Silva que fez uma solicitação para que o Conselho aquecesse,  
22não foi uma deliberação, ela fez um pronunciamento e julgou que seria oportuno e  
23pediu vênua do Conselho, e tomou essa decisão com o Presidente do Conselho em  
24exercício na ocasião e depois eu passei a ser Presidente do Conselho. E desde  
25então, todos os convidados permanentes têm tido voz permanente integral em todos  
26os processos, nunca houve nenhum questionamento, nunca houve nenhuma  
27questão de ordem em nenhuma reunião solicitando que determinado convidado  
28permanente não pudesse fazer uso da palavra. Muito bem. Se essas instituições  
29que assinam a moção interpretam que o fato de haver um questionamento da base  
30jurídica disso, estaria na verdade buscando de forma disfarçada inviabilizar a  
31presença dos convidados permanentes na reunião, o Presidente do Conselho assim  
32não interpreta, e a ata da Câmara Temática não permite essa interpretação. Essa é  
33a minha opinião, compreendo o Conselho. Eu acho que estamos entrando num  
34debate infrutífero. Os senhores que estão aqui continuarão aqui na próxima reunião

1e não há nenhum questionamento colocado. Eu gostaria de aproveitar a  
2oportunidade e solicitar que se algum Conselheiro nato com poder de voto está aqui  
3colocando e questionando e solicitando que se reveja a participação dos convidados  
4permanentes, há alguma proposta concreta nesse sentido? Se houver que se  
5coloque agora e vamos discuti-la. O que se solicitou e a ata é clara é que a  
6consultoria jurídica trabalhe, busque uma alternativa, que resolva do ponto de vista  
7definitivo, questionamentos legais sobre isso. O que se pediu não foi que a  
8consultoria jurídica comprovasse a ilegalidade, portanto a necessidade de exclusão.  
9Então, eu não vou entrar no mérito sobre a estratégia política, eu não vou entrar no  
10mérito sobre qual é o objetivo da moção, eu acho e aí falando aqui francamente  
11como um cidadão absolutamente revoltado como fui quando essa Medida Provisória  
12foi editada de forma a excluir governos estaduais e a sociedade civil do processo, eu  
13acho isso revoltante, e eu disse a Ministra quando ela disse que eu iria presidir o  
14CGEN, que eu me sentia mal de presidir um Conselho para tratar de assuntos tão  
15relevantes sem a participação da sociedade civil, e aí nós discutimos e ela propôs  
16essa alternativa provisória até que a lei fosse aprovada, então eu sou  
17completamente de acordo que nós temos que remover esse gesto antidemocrático e  
18autoritário que foi tomado no governo anterior. Só que nós temos que remover isso  
19de forma legal, porque a Medida Provisória estabeleceu assim. Nós pensamos em  
20mudar a medida provisória para resolver esse e outros pequenos problemas, mas  
21principalmente esse problema, mas vocês sabem muito bem que a Medida  
22Provisória editada após a mudança de governo, ensejaria na obrigatoriedade de  
23submeter isso ao congresso no prazo de 30 dias com o risco de você ter a perda de  
24validade no caso de não votação, ou seja, nós poríamos todo o sistema numa  
25situação de instabilidade e qual foi a opção que nós fizemos, o que todos nós  
26fizemos para ser justo, fizemos o projeto de lei, e o projeto de lei que foi proposto  
27pelo CGEN, e que agora está em fase de ajustes na Casa Civil, tem entre os  
28dispositivos a democratização, e portanto nós estamos na verdade fazendo  
29tempestade em copo de água. Tudo bem, eu entendo a marcação política, é válida,  
30mas uma vez deixar claro a contrariedade da sociedade civil, dos povos indígenas  
31pelo fato de não haver participação plena no CGEN. Está feita a marcação, agora  
32eu também entendo e respeito a posição dos Ministérios citados, porque não foi  
33uma moção genérica, uma moção que citou especificamente três ou dois Ministérios  
34e uma autarquia especificamente, e evidentemente eu entendo e respeito e acho

1que eu faria o mesmo. Aliás, vocês fariam o mesmo, se tivesse uma moção feita  
2pelos Ministérios citando a ABONG, ou sei lá quem, vocês fariam o mesmo e iriam  
3fazer questão de se manifestar eu acho que está correto. Agora, a única questão  
4que eu como Presidente do CGEN não vou encaminhar, é nem sei o que seria, uma  
5investigação disciplinar, colocar todos os membros da reunião numa acareação para  
6saber quem eventualmente passou essa informação para frente, e se passou essa  
7informação distorcida, se ela foi distorcida por quem ouviu, se ela foi  
8propositalmente distorcida e se isso implica na perda do mandato, do emprego, do  
9salário, isso eu não vou fazer. Eu acho que os Ministérios que estão aqui podem  
10perfeitamente se acham que é o caso, abrir um processo e procedimento nos seus  
11Ministérios sobre isso, eu acho que não cabe. Eu acho que a questão central  
12colocada e correta pela moção apresentada pelo Mazzaro em nome das três  
13instituições, mas que a própria Elisa já disse que se sente também na moção,  
14porque ela estava na reunião, e mesmo não citada se sente ofendida como ela  
15disse, está colocado. Está colocado no sentido de repudiar uma interpretação sobre  
16uma discussão ocorrida na Câmara Temática que não tinha o objetivo de excluir os  
17membros. Isso está claro. A ata foi publicada, está claro na ata, e essa moção faz  
18parte da ata dessa reunião que será divulgada e, portanto, eu faria um apelo para  
19que a gente evolua. Quer dizer, não existe nenhuma proposta de remoção de  
20convidado permanente em discussão. Esse assunto não procede. Então eu faria  
21um apelo, Elisa, Angélica e Mazzaro que vão falar agora, por favor, mas antes eu  
22faço um apelo para que a gente trabalhe no sentido de manter, apesar deste evento  
23desagradável, que a gente mantenha o principal, que é um trabalho interativo e  
24cooperativo que tem caracterizado o CGEN.” **Elisa Fraga – MDIC:** “Eu só quero  
25esclarecer ao representante da COIAB, eu acho que houve uma confusão, quando a  
26gente se refere à ata da reunião, genericamente a gente está querendo se referir a  
27ata da reunião ocorrida no dia cinco de outubro da 30ª. Reunião da Câmara  
28Temática de Procedimentos Administrativos, e não a ata da 35a. Reunião Ordinária  
29do CGEN. É outra ata da reunião a que a gente se refere, mas se é questão aqui  
30de se discutir a ata da 35ª. reunião, eu só acho interessante a gente subir algumas  
31linhas nesse trecho que foi lido pelo representante da COIAB e vou ler aqui, são  
32cinco ou seis linhas nessa mesma ata da 35ª. reunião, para a gente recuperar o  
33histórico de como a discussão foi parar na Câmara Temática de Procedimentos. Os  
34Conselheiros e convidados fizeram várias propostas preliminares que poderiam ser

1consideradas para garantir maior representatividade e oportunidades para a  
2participação de diferentes instituições da sociedade. Eu comecei a ler na linha 222  
3para quem quiser acompanhar. Após a manifestação dos Conselheiros, decidiu-se  
4encaminhar a questão do regramento, não do questionamento sobre se haveria ou  
5não participação, mas do regramento sobre os convidados permanentes para a  
6Câmara Temática de Procedimentos Administrativos para que estabeleça minuta de  
7proposta contendo os critérios sobre admissão e rodízio dos convidados  
8permanentes dentre outros e votaram a favor desse encaminhamento os seguintes  
9Conselheiros. Otávio Maia, Leontino Taveira, Terezinha Dias, Ângelo Giovane,  
10Patrícia Siqueira, Paulo Kageyama, Maurício Reis, Ana Gita, Hilda Fajardo, Clóvis  
11Andrade, Nádja Lepsch e Elisa Fraga. Não houve votos contrários ou abstenções.  
12Eu encerro aqui a leitura da ata. O que se votou a seguir foi a possibilidade de se  
13incorporar sem nenhum regramento e sem nenhum critério preestabelecido  
14automaticamente todas as instituições que haviam solicitado participar do Conselho  
15como convidadas permanentes. Então, a votação seguinte foi bastante específica e  
16ninguém ao votar pelo não incorporamento automático dessas instituições do CGEN  
17teve a intenção de excluir eternamente a participação dessas instituições, pelo  
18contrário, a intenção pelo menos foi a minha intenção ao votar nesse sentido e  
19imagino que deve ter sido de vários Conselheiros, foi garantir que essa participação  
20existisse sim, mas com critérios objetivos, que houvesse paridade, enfim algum tipo  
21de regramento não personalizado ou objetivo juridicamente válido. Essa foi a idéia  
22dessa segunda votação, só queria esclarecer.” **João Paulo Capobianco –**  
23**Secretário de Biodiversidade e Florestas:** “Obrigado Elisa. Angélica.” **Angélica**  
24**Pontes – Ministério da Saúde:** “Na verdade eu ia fazer o mesmo comentário que a  
25Elisa, porque foi citado o nome do representante do Ministério da Saúde, mas eu  
26acho que a Elisa conseguiu esclarecer e eu apoio o que ela colocou.” **João Paulo**  
27**Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas:** “Perfeito. Obrigado.  
28Mazzaro.” **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Sr. Presidente, quanto a esse fato, quanto ao  
29questionamento levantado pelo representante da Coiab, e ante aos esclarecimentos  
30agora prestados, talvez fosse interessante formalmente este Conselho e Secretaria-  
31Executiva, fazer um comunicado a Coiab relatando o que de fato aconteceu, para  
32que não persista dúvidas ou qualquer questionamento em relação ao  
33posicionamento deste Conselho em relação à participação, para que não persista  
34mau entendimento.” **João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e**

1**Florestas:** “O representante está presente aqui e esse assunto consta da ata dessa  
2reunião, e portanto, não há que se fazer uma manifestação por escrito, isso está  
3plenamente esclarecido com a presença do representante.” **Márcio Mazzaro –**  
4**MAPA:** “Mas INBRAPI não está.” **João Paulo Capobianco – Secretário de**  
5**Biodiversidade e Florestas:** “Então a INBRAPI deverá fazer a leitura da ata e  
6estará plenamente esclarecida. Nós temos que tomar cuidado Mazzaro, eu entendo  
7sua preocupação e acho legítima, mas nós temos que tomar cuidado, porque  
8primeiro nós somos todos aqui setores públicos e estamos trabalhando com objetivo  
9de resolver questões importantes para o país e isso aqui é um serviço como diz no  
10decreto, de relevante interesse público, e nós temos que nos pautar por aquilo que  
11de fato nós estamos trabalhando. A ata espelha essas questões em todos os  
12momentos e acho que a ata é um elemento essencial, por isso que nós fazemos  
13questão de enviar a ata e por em votação sempre de votar nominalmente, para que  
14não haja dúvida. A ata espelha. Eu acho que não há melhor resposta para a  
15sociedade do que a ata do que ocorreu. Então, eu faria um apelo, porque daqui a  
16pouco eu vou ter que ficar informando, e acho até digamos de certa forma me sinto  
17como Presidente do Conselho desprestigiado de ter que fazer uma comunicação  
18para alguém sobre aquilo que de fato ocorreu. Uma coisa que amanhã ter que fazer  
19uma comunicação, eu sou uma pessoa honesta por isso e por isso e por isso. Não,  
20senhor. A ata está aí e não há dúvida, não há questionamentos sobre essa questão  
21e ninguém está propondo a exclusão dos convidados permanentes, isso não existe.  
22E portanto, isso está encerrado. E também mais uma vez, valorizo, reconheço e  
23você está correto em nome das instituições que foram nominalmente citadas de  
24colocar isso claramente, porque afinal de contas ninguém tem sangue de barata e  
25não deve deixar sua instituição ser divulgada assim. Eu acho que é um caso claro e  
26as pessoas de boa fé já resolveram esse problema, esse assunto já morreu faz  
27tempo.” **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Mas não morreu internamente no meu  
28Ministério.” **João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas:**  
29“Externamente também.” **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Mas só uma questão, a  
30perplexidade foi tanta até de vossa senhoria, que ao receber a notícia que está no  
31site de que o senhor ficou tão perplexo com a informação que até usou o adjetivo de  
32sandice.” **João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas:**  
33“Repito, seria uma sandice.” **Marcio Mazzaro – MAPA:** “Está certo tamanha  
34perplexidade para nós também e meu Ministério também, e por isso que o fato tem



1que ficar extremamente esclarecido.” **João Paulo Capobianco – Secretário de**  
**2Biodiversidade e Florestas:** “Embora na relise tenha uma coisa que eu não gostei  
3e comuniquei a instituição ambiental, porque dá a entender, diz assim, o Senhor  
4Capobianco disse que a proposta do MAPA é uma sandice. Eu não disse isso, eu  
5disse que seria uma sandice propor uma coisa dessa, isso nunca aconteceu. Se  
6alguém propusesse aqui, eu iria combater como Conselheiro com todos os  
7argumentos possíveis uma proposta absurda dessa. Agora, eu acho que quanto  
8mais mexer nós estamos dando uma importância maior do que é. Eu gostaria de  
9mais uma vez lembrar o que eu disse e reafirmar, eu entendo esta moção feita, eu  
10considero que ela cometeu uma injustiça, mas eu prefiro ler essa moção como o  
11servidor público temporário espero continuar merecendo a confiança da minha  
12Ministra e como Presidente de vocês, eu prefiro ler essa moção como uma  
13reafirmação de posição pela democratização do sistema, eu prefiro ler assim essa  
14moção, eu prefiro ler assim, porque esse tem sido o espírito do CGEN, então é uma  
15questão. Está certo o procedimento tem que ser esse mesmo, mas só um último  
16ponto, a questão da apuração que o senhor sugere que cada Ministério então apure,  
17como o fato a meu modo de ver, foi praticado dentro dessa sala, eu acho que a  
18apuração se tiver que ter, teria que ser aqui, porque vazou daqui a informação.  
19Embora ela fosse pública. Isso ensinaria Mazzaro admitirmos que houve dolo, que  
20alguém que estava na reunião, alguém saiu da reunião e disse para alguém, disse  
21olha, estão querendo acabar com vocês. Esse é o pressuposto. Eu, sinceramente  
22conhecendo o CGEN nesses quase três anos, seja os Conselheiros, ou seja, a  
23equipe da Secretaria-Executiva isso não passa pela minha cabeça, isso pode ter  
24sido uma interpretação. Pode ter sido uma interpretação, pode ter sido uma  
25desinformação. Agora, eu não posso aceitar que houve dolo, mesmo porque se  
26tivesse havido dolo isso estaria evidentemente evidenciado. O que houve  
27claramente foi uma informação que foi apropriada de uma forma, e aí eu repito  
28como cidadão brasileiro a leitura para reafirmar mais uma vez o descontentamento  
29da sociedade brasileira organizada com a composição do CGEN, e isso é público e  
30notório, eles falam isso todas as vezes, e eu digo isso também, que eu estou  
31descontente, agora nós temos uma Medida Provisória que estabeleceu e essa foi a  
32tônica da reunião da Câmara Temática. Então, realmente, não vejo como instalar  
33um processo administrativo policial ou sei lá o que, para verificar se houve dolo, se  
34houve e quem foi e em que condições e circunstâncias e como vai se dar a punição.

1Eu acho que não compete, não é o caso.” **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Mas isso gera  
2um precedente que a gente fica desconfortável até de externar posições nas  
3Câmaras Temáticas, com medo de no dia seguinte a versão que você externou aqui  
4estar nos jornais.” **João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e**  
5**Florestas:** “Não fique, porque eu acho que nós estamos reafirmando e publicando a  
6ata, e eu também fico extremamente desgostoso quando uma informação circula no  
7jornal nacional e internacional, que a seca na Amazônia causa o desmatamento do  
8governo Lula, eu fico arrasado com isso, mostro os dados, mas sai no jornal e na  
9imprensa e não vamos controlar o jornal e não vamos controlar a imprensa e não  
10vamos controlar circulação de informações de um CGEN que é público e de  
11Câmaras Temáticas que são públicas. Então vamos trabalhar e nos pautar por  
12aquilo que você falou. Pela seriedade e pela construção publicando atas com  
13clareza, reagindo veementemente com esse tipo de posicionamento absurdo, mas  
14nós sempre seremos sujeitos a esse tipo de injustiça infelizmente, porque nós  
15estamos lidando com a questão de interesse global e as pessoas que se sentem  
16prejudicadas, muitas vezes usam golpes baixos, digamos assim, para se referir a  
17essa questão.” **Paulo Carvalho – MCT:** “Eu acho que o que já foi debatido aqui eu  
18só gostaria como representante do MCT que eu acredito que vai constar em ata e  
19que essa ata vai ser divulgada e então praticamente a gente já tem uma divulgação  
20do real acontecimento. Agora, quanto à questão de vazamento de informação ou  
21teoricamente deturpação de informação, como o próprio Conselho e o Presidente  
22está colocando que " não teria competências para poder determinar uma abertura  
23do processo de sindicância em relação a alguém " eu como representante do MCT  
24gostaria de colocar o seguinte, como esse Conselho ele foi regulamentado por um  
25decreto presidencial e que constantemente ou quase que mensalmente há esse tipo  
26de desvalorização de membros deste Conselho via jornais, ou via Internet, e que  
27muitas vezes saem informações aqui deturpadas do Conselho, eu acho que nós  
28podemos ter a liberdade de se ocorrer novamente no futuro e nós propormos uma  
29abertura de sindicância a nível de Casa Civil, tendo em vista que esse Conselho  
30está subordinado praticamente por quem o nomeou. Então, eu gostaria de deixar  
31claro isso e espero que daqui para frente não exista mais esse tipo de  
32patrulhamento, porque na minha opinião é um tipo de “forçação de barra” e um tipo  
33de indução ou de constrangimento de nossas posições aqui dentro quando nós  
34ficamos aqui discutindo com total responsabilidade dentro dos princípios

1estabelecidos na constituição de legalidade, responsabilidade, eficiência, e  
2lamentavelmente nós somos achincalhados e isso é ruim. Nós propomos essa  
3moção no sentido de realmente restaurar a credibilidade e a posição que esse  
4Conselho vem tomando com seu dia-a-dia. E, então eu não vou insistir aqui no  
5sentido de que esse Conselho deva constituir uma comissão de sindicância, mas  
6acredito que no futuro se realmente vier a ocorrer novamente esse tipo de  
7informação independente de nós colocarmos primeiro na posição do MCT, de  
8colocar qualquer tipo de posição no âmbito desse Conselho, nós vamos nos sentir  
9completamente livres para fazer uma denúncia ou uma provocação de abertura de  
10comissão de sindicância para se apurar realmente esses tipos de delitos que vem  
11ocorrendo, porque nós nos sentimos realmente profundamente constrangidos de  
12sermos patrulhados nas nossas posições, quando aqui na verdade nós somos  
13homens de governo e estamos aqui defendendo posições de governo e não  
14estamos aqui advogando coisas pessoais ou algo parecido.” **João Paulo**  
15**Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas:** “Antes de passar a  
16palavra a COIAB e depois a Elisa eu só queria respeitar sua posição, mas aí é como  
17representante do Ministério do Meio Ambiente eu gostaria de dizer que não  
18compartilho com essa sua avaliação, eu acho que nós estamos a serviço da  
19sociedade, nós somos servidores públicos e devemos sim satisfação à sociedade.  
20Eu concordo com você que em muitos momentos a crítica é uma crítica que nós  
21consideramos injusta, e que nos desestimula inclusive, mas nós estamos aqui e  
22temos que responder, temos que responder pelo o que nós deliberamos. Se a  
23sociedade se qualquer instituição da sociedade discorda do encaminhamento e  
24crítica, faz parte do processo democrático, eu concordo que eu prefiro, digamos, do  
25ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente me apropriar do que você disse  
26dizendo que a crítica quando ela é uma crítica que desqualifica o debate ela é muito  
27ruim, mas acho que nós temos feito críticas e cometemos erros sempre e essa  
28crítica é fundamental para que a gente avance à sociedade organizada, a imprensa  
29tem um papel extremamente relevante para que o poder público, o servidor público  
30seja cada vez mais eficiente a serviço da sociedade brasileira, que é sua missão e  
31função. E repito que eu acho que está havendo e aí não é no Ministério do Meio  
32Ambiente, que está havendo uma excessiva interpretação desse episódio sociedade  
33como se fosse algo doloso, como se houvesse o objetivo exclusivo, uma informação  
34mal passada ou distorcida de propósito para achincalhar esse ou aquele

1representante. Eu acho que esse não foi o objetivo e não consigo ler dessa forma.  
2Eu leio e repito como uma interpretação equivocada do que houve na reunião, que  
3foi na minha opinião sanada pela publicação da ata que é clara, inequívoca de qual  
4foi o posicionamento dos membros que participaram da Câmara Temática.” **Jorge**  
5**Terena – COIAB:** “Eu queria lembrar a vocês que no ano passado a COIAB e as  
6representações indígenas que estiveram aqui para um curso de capacitação  
7também promovido pelo Instituto Sócio Ambiental junto com o departamento etno  
8ambiente submeteram aqui uma moção justamente pedindo para que os  
9representantes indígenas aqui no CGEN tivessem voz e voto, e depois nós não  
10ouvimos mais nada a respeito do pedido sobre essa moção, e aí de repente eu  
11quero reforçar novamente, que o documento que foi assinado pelas lideranças que  
12participaram dessa última reunião com o ISA e EMBRAPI teve precedência sim, e  
13eu quero ressaltar também aqui que eu creio que nenhuma organização indígena ou  
14de apoio aos povos indígenas iria fazer uma denúncia sem provas e também não  
15estariam denunciando simplesmente por denunciar. Primeiro, porque nós estamos  
16lutando aqui por uma abertura de vários segmentos do governo que tenham a  
17consideração de pelo menos ouvir os povos indígenas e de dialogar com os povos  
18indígenas. Eu tenho um exemplo muito claro, por exemplo, aqui que as  
19organizações indígenas até hoje estão brigando, que o próprio Presidente da FUNAI  
20não dialoga com as organizações indígenas e também temos outro pensamento que  
21até hoje, os índios são tutelados pela FUNAI, e então de uma certa forma não  
22acreditando na constituição de 88, onde de uma certa forma acaba com essa noção  
23da tutela que é a própria Fundação Nacional do Índio ainda está carregando. E,  
24então quando vem uma palavra de alguma instituição do governo que de repente  
25não sinaliza talvez uma possibilidade de que não vamos dialogar, e não vamos  
26resolver esse problema, agora é claro que a situação aqui que as organizações da  
27sociedade civil estavam pedindo a participação sim e estavam também algumas  
28outras organizações presentes nessa reunião e as organizações indígenas e  
29algumas organizações de apoio foram os primeiros a levantarem a questão como  
30toda e denunciar, e claro que aqui não queremos generalizar também. Existem  
31setores do governo que dialogam com povos indígenas e com as organizações e  
32estão tentando abrir isso com maior intensidade, inclusive tentando sensibilizar  
33outros órgãos de governo e então eu creio que a denúncia que está nesse  
34documento eu acho que vem da democracia que nós temos aqui no país. A

1democracia de todos poderem falar e expressar o seu ponto de vista, e nós não  
2estamos aqui para concordar com todas as coisas que estão acontecendo dentro do  
3governo e, portanto, se isso não está, se as coisas e as decisões não estão sendo  
4favoráveis aos povos indígenas, as organizações indígenas vão falar sim, vão  
5levantar a voz, mas isso não quer dizer que nós estamos querendo afrontar o  
6governo, simplesmente estamos querendo ter uma abertura dentro do governo para  
7que possamos melhorar o nosso diálogo e melhorar nossas decisões para que  
8sejam favoráveis aos nossos povos.” **João Paulo Capobianco – Secretário de**  
9**Biodiversidade e Florestas:** “Obrigado Jorge, eu acho que a maior prova que nós  
10estamos construindo isso é que você está aqui e está podendo colocar e é esse o  
11espírito mesmo e temos que aprimorar isto, e repito mais uma vez para não deixar  
12isso em branco, é que quem infelizmente determinou que você estivesse aí sem  
13poder de voto foi uma Medida Provisória que não foi deste governo. O compromisso  
14desse governo é resolver isto e vamos resolver essa questão. Elisa, por favor.”  
15**Elisa Fraga – MDIC:** “Eu quero deixar claro aqui que não parece ser a intenção de  
16ninguém ser contra a liberdade de expressão, ou livre fluxo das informações  
17originárias aqui deste Conselho, até porque como você disse as reuniões são  
18abertas e não seria viável que alguém defendesse alguma coisa dessa. Por outro  
19lado, eu acho que devemos ser contra a divulgação de informações mentirosas,  
20coluniosas, difamatórias que foi o caso específico dessa moção do dia 6 de outubro,  
21e foi o caso de outras notas já publicadas nessa mesma página, na mesma  
22instituição, inclusive uma nota, se não me engano, do dia quatro ou cinco de outubro  
23que mais uma vez fazia referência ao ocorrido em uma das reuniões do CGEN de  
24forma não verdadeira e mencionando Conselheiros e atribuía a Conselheiros  
25manifestações que não foram feitas nessa reunião. E então que a gente repudia e  
26vai repudiar sempre e acho que tem que haver sim uma resposta à altura a esse tipo  
27de ação é a divulgação de informações mentirosas, informações que não  
28correspondem à verdade. Não se trata de interpretar o que houve na reunião, até  
29porque, nenhuma das dezenas de instituições que assinaram a moção estiveram na  
30reunião. Certamente se estivessem estado na reunião não assinariam uma moção  
31daquelas, porque ela não corresponde em nada ao que aconteceu nessa reunião.  
32Eu acho uma pena que essas instituições que assinaram a moção com certeza de  
33boa fé, não estejam todas elas presentes aqui hoje para terem acesso ao que  
34realmente aconteceu na reunião, para saberem a verdade dos fatos que está

1expressa na ata da reunião, tudo bem, mas quantos receberam a ata da reunião?  
2Talvez duas ou três instituições que assinaram a moção. Então, eu acho que talvez  
3ficou assim interessante que de alguma forma a ata da reunião fosse enviada a  
4essas instituições que elas tivessem pelo menos o direito de saber o outro lado da  
5questão, a outra versão dos fatos e aí sim a versão oficial chancelada por todos que  
6participaram daquele evento que são os que podem dizer o que realmente  
7aconteceu na reunião. E a moção fala diretamente da reunião do dia cinco, da  
8reunião da véspera não é uma moção genérica, não fala do histórico de  
9participação, não é isso. Na reunião do dia tal, os Conselheiros tais e tais disseram  
10isso e isso. Ninguém interpreta nada ali, se afirma de forma não verdadeira, e isso  
11é um absurdo. A gente tem sim que protestar.” **João Paulo Capobianco –**  
12**Secretário de Biodiversidade e Florestas:** “Então encerrando, não havendo mais  
13ninguém inscrito. Cada um levanta, nós vamos ficar até amanhã nisso. Então  
14vamos fazer o seguinte, vamos terminar na Terezinha, ou quem quiser se inscrever  
15que se inscreva agora ou cale-se para sempre. A ABONG primeiro, e não vamos  
16aceitar inscrições sobre esse tópico pelo menos. Então por favor.” **Fernando**  
17**Mathias – ABONG:** “Gostaria de fazer uma observação de que acho que nenhuma  
18instituição e nenhum Conselheiro, pode enfim, se arrogar ou pretender ter o direito  
19de estabelecer a verdade absoluta sobre a versão de fatos que podem ser  
20interpretados da forma como cada um de nós que está aqui interpreta. Então, para  
21cada acontecimento que acontece aqui cada um de nós tem uma leitura e a ABONG  
22não vai abrir mão de continuar exercendo o controle social sobre as atividades do  
23Conselho e esperamos que a partir da próxima legislação com o poder de voto  
24também.” **Terezinha Dias – EMBRAPA:** “Eu queria reafirmar as palavras aqui da  
25Elisa e acho que o principal compromisso que a gente tem que ter aqui é com a  
26verdade, e esse evento que foi organizado pelo Instituto Sócio Ambiental e  
27EMBRAPA, enfim as lideranças que estiveram lá foram muitas lideranças indígenas,  
28foi um evento muito bem organizado e eu participei da primeira mesas, mas nós  
29como Conselheiros a gente tem obrigação de informar a verdade para essas  
30lideranças de comunidades indígenas e tradicionais que voltaram para suas regiões  
31com mentira na cabeça. Nós temos obrigação, enquanto Conselho e enquanto  
32órgãos de governo, de sociedade civil nós temos que ter compromisso com a verdade  
33e. A gente bate muito na tecla de esclarecer comunidades tradicionais que nós  
34temos esse compromisso, a gente precisa caminhar nesse sentido, eu achei a

1 proposta da Elisa assim muito boa e acho que poderíamos estar recebendo a  
2 proposta que esse Conselho prepare uma carta a Secretaria-Executiva, para pegar  
3 a lista dos representantes das comunidades e das entidades que participaram e  
4 esse Conselho prepare uma carta informando a verdade, o que realmente  
5 aconteceu para enviar para essas lideranças tradicionais. Nós temos que ter  
6 compromisso com a verdade. Essas pessoas que participaram do evento foram  
7 com inverdade nas suas cabeça, não sei como é que estão passando isso nesse  
8 país inteiro e isso é muito grave, gente. Isso tem um reflexo muito grande no que se  
9 pensa sobre os nossos órgãos, órgãos de governo. O compromisso principal nosso  
10 é com a verdade e acho que esse Conselho tem que fazer isso, eticamente é o  
11 caminho.” **João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas:**  
12 “Muito bem. Isto posto, mais algum ponto que algum Conselheiro gostaria de  
13 colocar?” **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Só que eu acho que o encaminhamento  
14 proposto por ela poderia ser votado.” **João Paulo Capobianco – Secretário de**  
15 **Biodiversidade e Florestas:** “Não entendi.” **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Ela fez uma  
16 proposta de encaminhamento.” **João Paulo Capobianco – Secretário de**  
17 **Biodiversidade e Florestas:** “Não, eu acho que cada Conselheiro aqui pode fazer  
18 isso. Essa não é a atribuição da Secretaria-Executiva. Eu acho que o que nós  
19 podemos fazer e aí sim, eu acharia correto, seria você ou alguém poderia fazer no  
20 máximo na minha opinião por no site um esclarecimento. Agora fora isso eu acho  
21 que o MAPA, o MDIC, a EMBRAPA, todos aqui têm condições de fazer isso, tem de  
22 divulgar isso e deixar isso claro. Se esse assunto for um assunto para ser  
23 deliberado, nós vamos colocar então na próxima reunião, mas não no final de  
24 reunião, eu sou contrário a esse posicionamento e, aliás, você não pôs em votação  
25 a moção, porque eu seria contra. O CGEN não aprova moções, ela está na ata da  
26 reunião, vai ser transcrita na ata, e já foram manifestados por todos aqui a  
27 concordância com o teor dela, portanto, ela passa a ser um elemento fundamental,  
28 mas é diferente de você querer que o CGEN vote a moção e o CGEN publique a  
29 moção.” **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Não quero que vote a moção, é uma resposta à  
30 mentira.” **João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas:**  
31 “Certo, está correto. Já está na ata colocado. Mas a Secretaria-Executiva não vai  
32 atrás de identificar quem participou da reunião, pegar lista de endereço e fazer  
33 distribuição desse documento. O nosso papel aqui, nós nos relacionamos com a  
34 sociedade e com os interessados através da publicação das atas, da

1 disponibilização no site, quem tiver boa fé, vai e vai ter a informação. Quem não  
2 tem boa fé e está utilizando disso para um procedimento como foi achincalhamento  
3 do CGEN, continuará fazendo com ou sem explicação porque como foi dito aqui por  
4 um dos secretários que fez a moção, continua com essa interpretação e acha que  
5 essa interpretação é válida e continuará fazendo essa interpretação e não vou  
6 discutir aqui se é válida ou não, o fato é o seguinte, nós não temos nada a explicar a  
7 não ser a verdade dos fatos e a publicação da ata que foi feita imediatamente. Eu  
8 queria deixar claro que a Secretaria-Executiva assim que a moção for divulgada  
9 imediatamente disponibilizou a ata que esclarece e eu sei que a ata teve grande  
10 repercussão ainda no evento por pessoas que estiveram e que comentaram comigo.  
11 E, então eu acho que nós fizemos nossa parte e mais do que isso nós não vamos  
12 fazer, não faz sentido.” **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Presidente, embora tenha havido  
13 o pedido de deliberação, a sua negativa mas o importante é que essa negativa  
14 conste em ata porque eu preciso dar satisfação ao meu órgão de que nós  
15 solicitamos uma resposta do Conselho, pelo menos as entidades que subo  
16 escreveram a moção.” **João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e**  
17 **Florestas:** “O Conselho respondeu claramente.” **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Não, a  
18 presidência do Conselho negou a remessa.” **João Paulo Capobianco – Secretário**  
19 **de Biodiversidade e Florestas:** “O Conselho respondeu plenamente na medida em  
20 que por unanimidade das falas o desagravo que você apresentou foi por todos que  
21 se pronunciaram aqui acolheram, ninguém se pronunciou contra, nenhum dos  
22 Conselheiros aqui se pronunciou contra, achando que sua manifestação em nome  
23 do MCT e da EMBRAPA, seria improcedente. Ao contrário. Todos julgaram  
24 procedente e foi aqui exaustivamente colocado pelos Conselheiros de que a moção  
25 apresentada no evento discutido não procede, esse Presidente reafirmou isso e  
26 informou ao Conselho que tomou a providência imediata de publicar e disponibilizar  
27 a ata da reunião para esclarecer de forma clara, inequívoca de que não procedia  
28 aquele tipo de moção, e acho que está mais do que esclarecido e não vamos  
29 aumentar e estender esse assunto. Agradeço a presença de todos e até a próxima  
30 reunião.” **Elisa Fraga – MDIC:** “Desculpa se em algum momento o Presidente do  
31 Conselho disse que teria uma nota publicada no site de esclarecimento real dos  
32 fatos além dos esclarecimentos na ata.” **João Paulo Capobianco – Secretário de**  
33 **Biodiversidade e Florestas:** “Isso poderia ser uma medida adicional.” **Elisa Fraga**  
34 **– MDIC:** “Eu proponho que ela seja feita.” **João Paulo Capobianco – Secretário de**



1 **Biodiversidade e Florestas:** “Isso, está bom. Eu chamo a atenção para a ata  
2 inclusive.” **Maristela Debenest – Ministério da Cultura:** “Antes de encerrar eu sou  
3 nova, mas vou fazer uma questão de ordem em relação a isso para todo mundo  
4 pensar, se a cada ataque a gente for responder o CGEN vai virar o quê? Está certo  
5 é que eu sou nova e de qualquer maneira eu acho que a gente tem que ter clareza  
6 do objetivo.” **João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e**  
7 **Florestas:** “Enquanto eu presidir o CGEN que pode ser por pouco tempo isso não  
8 vai acontecer e nós não vamos ser capturados por esse tipo de situação e não  
9 vamos submeter a Secretaria-Executiva ao vexame de ter que se explicar a cada  
10 notícia e cada fato veiculado quem se sentiu atingido que faça essa manifestação  
11 mas se alguém puxar o assunto aqui e o Conselho rejeitar eu acho que é o caso de  
12 questionar o Conselho. Obrigado e até a próxima reunião.” Assim, o Sr. Presidente  
13 agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. Eu, Fernanda  
14 Altoé Daltro, por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a presente ata.

15

16

17

Brasília, 20 de outubro de 2005.

18

19

20 João Paulo Ribeiro Capobianco

Eduardo Vélez

21 Presidente

Secretário-Executivo